



PROCESSO Nº: 0001/1986/011/2009

ASSUNTO: AI Nº 058732/2007, INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA, PORTE MÉDIO

INTERESSADO: CURTUME ATALAIA LTDA.

PARECER JURÍDICO

1 – Curtume Atalaia Ltda. foi autuado com base no artigo 87, inciso I, do Decreto Estadual 44.309/2006, pela seguinte irregularidade:

"Por descumprir a condicionante estabelecida na licença ambiental (LO), certificado nº 42, onde no anexo I, item 6, determina que seja implantado o sistema de controle das emissões atmosféricas resultante da cabine de pintura, sendo constatado que a cabine não possui tal sistema de controle."

Foi imposta a penalidade de multa simples, no valor de R\$5.001,00 (cinco mil e um reais). Posteriormente, foi realizado controle de legalidade, adequando-se o valor da multa ao porte médio do empreendimento e à natureza gravíssima da infração, perfazendo o montante de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), já observados os preceitos do artigo 83, anexo I, código 114, e artigo 96, do Decreto n.º 44.844/2008.

O autuado foi notificado e apresentou defesa nas duas oportunidades.

2 – Diante da comprovação de que as defesas foram apresentadas tempestivamente e como o processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível, passa-se à análise das defesas, que, em síntese, requerem:

- Descaracterização do Auto de Infração, eis que vem cumprindo as condicionantes da licença;
- Nulidade da revisão por ausência de expressa indicação da legislação violada;
- Impossibilidade de majoração da multa e respectiva prescrição;
- Prescrição intercorrente no processo administrativo ambiental;
- Conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente; redução da multa ao mínimo previsto no artigo 60 e anexo I, do Decreto n.º 44.844/2008. Alternativamente, conversão de 50% do valor da multa em medida de controle, conforme artigo 63, do referido Decreto, e aplicação de atenuantes em 30% cumulativamente até 50%;
- Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta;
- Parcelamento do débito em número máximo de parcelas possíveis, nos termos do art. 50, do Decreto n.º 44.844/2008.

3 – Da análise Jurídica

Do ponto de vista jurídico, não foram apresentados motivos nem provas suficientes para descaracterizar ou anular a infração lavrada no Auto em análise.



3.1- Das preliminares

3.1.1 – Preliminar de nulidade da revisão do Auto de Infração

O autuado alega a nulidade da revisão efetuada no Auto de Infração n.º 058732/2007 por ofensa ao contraditório e à ampla defesa. No entanto, equivocou-se ao apresentar fundamento estranho ao processo administrativo em análise, transcrevendo trecho que não corresponde ao Ofício n.º 950/2013 NAI/GAB/SISEMA.

Apesar disso, cumpre esclarecer que a revisão do Auto de Infração foi adequadamente realizada, demonstrando expressamente o fundamento legal (Decreto Estadual n.º 44.844/2008).

Ocorre que o porte do empreendimento é médio e a natureza da infração é gravíssima, o que repercute no valor da multa simples. Assim, mediante controle de legalidade, efetuaram-se as necessárias alterações para adequação do valor da sanção ao porte respectivo, observando-se que o Decreto n.º 44.844/2008 substituiu o Decreto n.º 44.309/2006.

Não houve um reenquadramento legal do fato, mas sim uma adequação. No Decreto antigo, a infração correspondia ao artigo 87, inciso I. No Decreto atual, corresponde ao artigo 83, anexo I, código 114. O valor da multa seria R\$ 30.001,00 (trinta mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso II, alínea "c", do Decreto 44.309/2006. Porém, em observância ao artigo 96¹, do Decreto atual, o valor da multa corresponde a R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais) – infração gravíssima e porte médio.

Assim, não há qualquer vício que justifique a anulação da revisão do Auto de Infração n.º 058732/2007, já que em plena consonância com os fatos e o Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

3.1.2 – Preliminar de nulidade da revisão por prescrição

O autuado alega que o direito da Administração Pública de retificar seu ato encontra-se prescrito. Para tanto, utiliza-se de fundamentos da legislação federal que não servem para a discussão do processo administrativo em epígrafe.

Fundamenta-se, ainda, com base nos artigos 36 e 41, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, alegando ofensa à duração razoável do processo.

Ocorre que, verificada uma irregularidade administrativa, a Administração Pública tem o dever de conhecer e corrigir o erro administrativo, em respeito ao Poder de Autotutela. Utilizando-se do Controle de Legalidade Administrativo, a Administração poderá anular, revogar ou alterar os seus próprios atos. Nesse sentido, o artigo 64 da Lei 14.184/2002 e a Súmula n.º 473 do STF preveem:

Art. 64. A Administração deve anular seus próprios atos quando oivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

¹ Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.



Súm. 473. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Além disso, o Decreto Estadual n.º 44.844/2008 prevê nos artigos 81 e 82:

Art. 81. Lavrado o auto de infração, o mesmo será revisto pela autoridade competente, para verificação da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, e dos demais critérios estabelecidos neste Capítulo.

Parágrafo único. Integra a revisão prevista no caput a observância da existência de reincidência que, eventualmente, não tenha sido constatada, pelo agente atuante, no momento da lavratura do auto de infração.

Art. 82. Na hipótese prevista no art. 81 de alteração no auto de infração pela autoridade competente o infrator será notificado da mesma sendo-lhe reaberto o prazo para defesa.

Do mesmo modo previa o Decreto Estadual n.º 44.309/2006, nos seus artigos 82 e 83. Assim, lavrado o Auto de Infração, cumpre à Administração Pública revê-lo, verificando a existência de erros e realizando as adequações necessárias. Portanto, não há se falar em nulidade do ato administrativo que revisou o auto de infração, eis que inadmissível que a Administração Pública mantenha no mundo jurídico ato que esteja em desacordo com a legislação ambiental específica, independente de qualquer prazo.

Acerca da alegação de morosidade na análise do processo administrativo, mais uma vez não prospera os argumentos trazidos pela defesa.

O exercício do poder de polícia ambiental é exclusivo do Estado. Ao exercê-lo, o Estado não pretende ver reconhecido um crédito violado pelo administrado, mas um direito potestativo reconhecido pela ordem jurídica: proteção do meio ambiente. Se não há pretensão, não há se falar em prescrição.

De outro norte, o prazo para julgamento não é peremptório. A conclusão de um processo pode demandar um período maior de análise devido a diversos fatores, mas sempre em busca da justiça. Portanto, o prazo do artigo 41, do Decreto 44.844/2008, não configura prazo preclusivo, mas mero prazo procedimental que deve ser afastado quando necessário um interstício mais extenso para a correta instrução processual.

Ademais, uma vez que o autuado apresentou defesa tempestiva, teve início o processo administrativo em cujo curso não correm prazos de decadência nem de prescrição. Apenas com a decisão definitiva proferida nos autos e constituído definitivamente o crédito, passará a ter início o prazo prescricional da Administração Pública para realizar a execução da penalidade aplicada.

Portanto, não há se falar em nulidade da revisão, eis que inaplicável a prescrição no caso.

3.1.3 – Preliminar de prescrição intercorrente do processo administrativo

O autuado requer o reconhecimento da prescrição intercorrente no processo administrativo em análise, com base em fundamentos da Legislação Federal. No



entanto, o processo tramita em âmbito estadual, razão pela qual tais normas não se aplicam ao caso.

A prescrição intercorrente não é reconhecida na esfera estadual, tendo em vista a ausência de regramento específico.

Assim sendo, em respeito ao Princípio da Legalidade da Administração Pública, o reconhecimento da prescrição intercorrente é ilegal no âmbito estadual, razão pela qual se afasta o pedido formulado pelo autuado.

3.2 – Do mérito

3.2.1 - Da penalidade por descumprimento de condicionante da Licença de Operação

O empreendimento foi autuado por descumprir a condicionante do item 06 da Licença de Operação de Certificado nº 042. Para tanto foi aplicada a penalidade de multa simples prevista no artigo 87, inciso I, do Decreto Estadual nº 44.309/2006 (natureza gravíssima). Observa-se que, no Decreto nº 44.844/2008, atualmente em vigor, tal infração se enquadra no artigo 83, anexo I, código 114. Mantém-se, portanto, a natureza gravíssima da infração.

Conforme esclarecido anteriormente, ao se realizar o controle de legalidade e tendo por base informações do FCEI, do FOBI e da Licença de Operação, constatou-se que o empreendimento, ao invés de possuir porte pequeno, enquadrava-se como porte médio, o que levou à adequação do auto de infração lavrado. Por conseguinte, o valor da multa foi alterado em conformidade com os valores do anexo I, do Decreto nº 44.844/2008 (porte médio, infração gravíssima).

Ou seja, o Auto de Infração apenas foi revisado, em respeito ao princípio da Legalidade e ao poder de Autotutela da Administração Pública. Não se alterou a infração cometida nem as circunstâncias em que o empreendimento foi autuado.

O artigo em que foi enquadrada a infração cometida pelo autuado prevê:

Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

I – descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental – Pena: multa simples; ou multa simples e embargo de obra; ou multa simples e demolição de obra; ou multa simples e suspensão de atividades nas hipóteses de descumprimento de condicionante da licença de operação;

(...)

Desse modo, cumpre observar o que prevê o item 06, da Licença de Operação nº 042, emitida em 15/02/2005:

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
(...)		
6	Implantar sistema de controle de emissões atmosféricas resultantes da cabina de pintura, devendo o mesmo passar antes pela aprovação da FEAM.	6 meses
(...)		



Constata-se que a empresa teria até 15/08/2005 para cumprir a referida condicionante. Ocorre que, em 24/09/2007, data da autuação, o autuado ainda não cumprira tal condicionante. É o que basta para o enquadramento do fato na infração do artigo 87, inciso I, do Decreto n.º 44.309/2006 e correspondente aplicação da multa gravíssima.

Os argumentos apresentados na defesa não desincumbem o autuado do ônus de prova. Ao contrário, o próprio autuado confirma o descumprimento da condicionante, afirmando que:

A linha de pintura alvo do referido auto de infração, é um sistema utilizado única e exclusivamente para pintura de pelos na cor branca, e seu regime de operação é de 2 dias ou 16 horas por mês, ficando o restante do tempo parado. O sistema é constituído de uma cabine fechada com exaustor e chaminé de saída de emissões, há ainda um filtro de placas instalado no cone de sucção da cabine, porém sua eficiência não adequada.

(...)

Queremos informar também que já se encontra instalado o novo sistema de controle de particulados da caldeira a lenha e já no próximo mês de novembro/2007 estaremos realizando a campanha de automonitoramento exigida no quadro de condicionantes de nossa Licença de Operação.

Ora, a Licença de Operação foi emitida em 2005, estabelecendo prazos, os quais não foram observados pelo autuado, tal como ele próprio confirma nos argumentos da defesa.

Assim, o autuado não apresentou quaisquer argumentos ou provas que afastem a penalidade aplicada, devendo ser mantida.

3.2.2 - Dos pedidos de alteração ou conversão da penalidade de multa simples

O autuado requer a aplicação ao valor-base da multa da atenuante da alínea "a", do inciso I, do artigo 68, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, bem como das demais atenuantes do referido artigo de forma genérica, alegando que o problema foi prontamente sanado.

Porém, não demonstra nem apresenta provas que atestem a imediata reparação do dano. Aliás, resta incontroverso que o autuado vinha descumprindo a condicionante desde 2005, ou seja, dois anos antes da autuação. Portanto, não há fundamento fático ou legal válido para aplicação de qualquer atenuante.

O autuado requer ainda a substituição da multa simples por serviços de preservação, fundamentando-se na legislação federal. Conforme já aduzido, há legislação específica em âmbito estadual, razão pela qual não se acolhe o pedido.

Desse modo, opinamos pelo indeferimento do pedido de aplicação de atenuantes, eis que ausentes os requisitos que viabilizem sua aplicação.

Quanto aos pedidos de redução da multa ao mínimo previsto no artigo 60 e anexo I, do Decreto n.º 44.844/2008, e, alternativamente, conversão de 50% em medida de controle, o autuado não preenche os requisitos legais, razão pela qual não merece procedência.

3.2.3 – Do pedido de assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta



Requer o autuado a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para que obtenha a redução da penalidade em até 50%.

Constata-se que o autuado equivoca-se, eis que a redução nos moldes do inciso V, do artigo 63, do Decreto n.º 44.844/2008, pressupõe assinatura de Termo de Compromisso. O Autuado não observou os requisitos legais nem apresentou qualquer proposta válida, inviabilizando o deferimento do pedido.

Ademais, observa-se que a empresa já obteve a devida licença, conforme informações do SIAM (processo n.º 00259/2000/008/2011), inviabilizando assinatura de termo de ajustamento de conduta.

Portanto, incabível a assinatura de TAC e, em consequência, incabível a respectiva redução no valor base da multa.

3.2.4 – Do pedido de parcelamento da multa

O pedido de parcelamento deverá ser feito no momento adequado, conforme prevê o artigo 51, do Decreto n.º 44.844/2008, com a respectiva assinatura do termo de confissão e parcelamento do débito, devendo o autuado comparecer ao setor de arrecadação da FEAM, desde que observados os requisitos do artigo 50, do referido Decreto.

Não se trata de pedido a ser analisado no presente parecer.

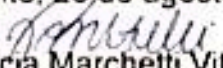
4 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos à **PRESIDENTE DA FEAM** e sugerimos que sejam afastadas as preliminares arguidas, mantendo-se o Auto de Infração n.º 058732/2007 revisado e a respectiva penalidade de **multa simples** no valor de **R\$20.001,00** (vinte mil e um reais), nos termos do artigo 87, inciso I, do Decreto n.º 4.309/2006, artigo 83, anexo I, código 114, e artigo 96, do Decreto n.º 44.844/2008.

É o parecer.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2014.


Patrícia Marchetti Vitelli
MASP 1.364.829-0